



Secretaria de Licitações E Contratos &lt;selc@trt3.jus.br&gt;

---

**Re: PE 29/2020**

1 mensagem

**Ricardo Garcia** <ricardo@tracesistemas.com>

9 de dezembro de 2020 12:32

Para: selc &lt;selc@trt3.jus.br&gt;

Cc: Marília Vignoli &lt;marilia.vignoli@tracesistemas.com.br&gt;

Prezada Leiloeira,

§ 6ª Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte incorrer em alguma das situações previstas nos incisos do § 4º, será excluída do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, bem como do regime de que trata o art. 12, com efeitos a partir do mês seguinte ao que incorrida a situação impeditiva.

Ricardo Garcia

://Diretor Executivo

://Fone : +55 51 2101 6900

://Celular: +55 51 99191 7655

TRACE SISTEMAS

[www.tracesistemas.com.br](http://www.tracesistemas.com.br)[www.trace.com.br](http://www.trace.com.br)

---

**De:** "Ricardo Garcia Trace" <ricardo@tracesistemas.com>**Para:** "selc" <selc@trt3.jus.br>**Cc:** "Marília Vignoli" <marilia.vignoli@tracesistemas.com.br>**Enviadas:** Quarta-feira, 9 de dezembro de 2020 11:59:28**Assunto:** PE 29/2020

Prezada Leiloeira Sra. GRAZIELLA MELGACO PIRES FURTADO DE MENDONCA

A LC123/06 é clara no art 3º & 4 III - IV e IX, O entendimento do TCU não é outro também e ressalta que NÃO INTERESSA se as participações são ou não em outros ramos de atividade. O que interessa é " *mais importante do que o pleno enquadramento da situação ora apurada nos conceitos de coligação ou de grupo econômico é perceber a existência de uma gestão em comum com a nítida intenção de utilizar uma de suas EPP visando à obtenção de benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, de forma ilegítima, por contrariar o princípio da isonomia e o espírito da lei*". <http://www.olicitante.com.br/informativo-tcu-de-licitacoes-e-contratos-n-312/>

Reintero a necessidade de reexame, foram fartas nossas tentativas de buscar uma situação isonômica e justa, a lei é CLARA. Dar benefício de EPP a uma empresa que tem como sócios pessoas que possuem vários outros negócios em situação diferente não é correto. Sem falar que o fato de que a outra empresa não ativa, que foi dada baixa a 5 meses no entendimento da lei " item X" não permitiria esta condição

também. Alerta também que se a Sra. acessar <https://www3.trf5.jus.br/gp/> irá ler no logim o nome da empresa dona do software que é uma empresa INGLESA. As leis não podem ser ignoradas.

## CAPÍTULO II

### DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 3ª Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o [art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 \(Código Civil\)](#), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

§ 4ª Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o [art. 12 desta Lei Complementar](#), para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do **caput** deste artigo;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do **caput** deste artigo;

V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do **caput** deste artigo;

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

XI - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Ricardo Garcia

://Diretor Executivo

://Fone : +55 51 2101 6900

://Celular: +55 51 99191 7655

TRACE SISTEMAS

[www.tracesistemas.com.br](http://www.tracesistemas.com.br)

[www.trace.com.br](http://www.trace.com.br)